



O PROJETO NUCLEAR BRASILEIRO DURANTE O REGIME MILITAR (1964-1985) E AS RELAÇÕES BILATERAIS COM A ALEMANHA: CONTEXTO E CONSEQUÊNCIAS

THE BRAZILIAN NUCLEAR PROJECT DURING MILITARY REGIME (1964-1985) AND THE BILATERAL RELATIONS WITH GERMANY: CONTEXT AND CONSEQUENCES

CAROLINA LUFT MENDES¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS
Email: carol_luft_mendes@hotmail.com

RICARDO FLÔRES FILHO²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS
Email: ricardofloresjr@gmail.com

VINÍCIUS HENRIQUE MALLMANN³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS
Email: vini_yashmina@hotmail.com

Resumo: O Brasil, assim como muitas outras nações que almejavam um posto entre as grandes potências, buscou, desde cedo, dominar (e fazer uso) de mecanismos nucleares. Dessa maneira, ao longo de vários governos, tentou desenvolver (ou adquirir) tecnologias nucleares que possibilitassem sua projeção no Sistema Internacional. Nesse contexto, o Acordo Nuclear com a República Federativa da Alemanha e o subsequente rompimento com os Estados Unidos, ganham destaque. Ademais, busca-se, por meio da análise de documentos e discursos oficiais e de uma seleta análise bibliográfica, a compreensão dos fatores que levaram à assinatura do Acordo Nuclear com a RFA. Por conseguinte, pretendemos mostrar, ao longo do artigo, que o projeto nuclear brasileiro só foi possível pelos seguintes fatores: questões de soberania nacional, crise do petróleo, acirramento com os EUA e necessidade alemã de encontrar novos mercados.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira, Acordo Nuclear, Regime Militar, Relações BR – RFA – EUA

¹ Bacharel em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC - RS) e graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

³ Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Abstract: Brazil, like many other nations that desired a place amongst the great powers, has sought to use and master nuclear mechanisms. Thus, throughout several governments, it has tried to develop (or to acquire) nuclear technologies that would make possible its projection within the International System. In this sense, the Nuclear Agreement with the Federal Republic of Germany (followed by Brazil's rupture with the US) gains prominence. Moreover, this paper seeks –through a selective analysis of official papers, speeches and publications – the comprehension of the factors that have led Brazil towards the signature of such agreement with the FRG. Therefore, we intend to show, in this article, that the Brazilian nuclear project was only possible for the following matters: questions on national sovereignty, the oil crisis, the worsening of Brazil-US relations and the German need for new markets.

Keywords: Brazilian foreign policy; Nuclear Agreement; Military Regime; Relations BR-RFA-USA.

Introdução

O presente artigo busca – a partir da análise de fontes primárias e revisão da bibliografia existente – compreender como foi definida a política externa brasileira durante o regime militar, especificamente no que tange à questão do desenvolvimento das tecnologias que envolvem a utilização da energia nuclear. Objetivamos, com tal análise, compreender o porquê de o Brasil, que já apresentava uma política de cooperação nuclear com os Estados Unidos, ter caminhado para uma multilateralização, realizando diversos acordos no setor, especialmente com a República Federativa da Alemanha.

O presente artigo está dividido, além da introdução e da conclusão, em três seções. Dessa forma, na primeira, pretende-se realizar uma análise histórica – buscando-se compreender o desenvolvimento da política nuclear brasileira. Em seguida, procedendo à análise do contexto enfrentado pela República Federativa da Alemanha e do Brasil, procura-se entender a base na qual se firmou o acordo nuclear – em seus aspectos geopolíticos, econômicos e energéticos. Por fim, no ponto 3 do artigo, pretendeu-se apurar as consequências do acordo nuclear para o Brasil sob os aspectos mencionados.

1. O desenvolvimento da política nuclear no Brasil

A Política Externa Brasileira, esteve, ao longo dos anos, intrinsecamente interligada com um projeto de desenvolvimento de energia atômica, visando inserir o Brasil em uma posição de destaque entre os poucos países detentores de tal capacidade. Nesse contexto, os primeiros contatos entre o Brasil e a energia atômica remontam ainda à época do Estado Novo, com Vargas desempenhando um processo gradual de barganha nacionalista, que encontrava nos Estados Unidos um potencial aliado ao processo desenvolvimentista do país - surgem, desta relação, os primeiros acordos de exportação de terras raras e areias monazíticas, em 1945. Porém, em 1947, já com Dutra no governo, proíbe-se a venda de minerais atômicos a outras nações, ante o interesse brasileiro de criação de um projeto nuclear próprio, com o envio de formulário para a criação de um projeto nuclear brasileiro à Comissão das Nações Unidas para energia Nuclear (Patti, 2014).

Com o retorno de Vargas ao poder, no início da década de 1950, a importância do setor nuclear ganha vida nova. Assim, em 1951, com o objetivo de desenvolver nacionalmente a energia nuclear e de fortalecer as bases do setor de pesquisa no Brasil, além de estabelecer o monopólio Estatal sobre a comercialização dos principais minérios atômicos dos quais o Brasil era rico, cria-se o Centro Nacional de Pesquisas - CNPq (Patti, 2014; Brandão, 2008). Nesse cenário, é estipulado que os acordos de venda de material só seriam feitos se houvesse fornecimento de informações técnicas e de material especializado para a energia nuclear - as conhecidas compensações específicas - Conforme Marques:

o CNPq baixou um elenco de normas a serem observadas nos acordos internacionais que o Brasil viesse a assinar no campo da energia, objetivando a preservação e o desenvolvimento da indústria nuclear brasileira, da mesma forma no que dizia respeito equipamentos e assistência técnica decorrentes das exportações brasileiras de monazita (Marques, 1992: 31).

Essas medidas foram tomadas para agradar as elites nacionalistas internas, desgostosas com o jogo pendular de Vargas, que ora agradava os interesses da esquerda, ora os da direita - em uma espécie de “jogo de dois níveis” (Putnam, 1998). Contudo, com o hiato representado pelo governo de Café Filho, o Brasil voltará atrás em sua política de compensações específicas, firmando, a partir de 1955, acordos com os Estados Unidos que visam suprir a necessidade interna de grãos, trocando a exportação de tório pela importação de trigo (Brandão, 2008). Todos os acordos firmados tinham salvaguardas americanas no sentido de garantir a finalidade pacífica das pesquisas, dentro do programa “Átomos para a Paz”, desenvolvido pelo presidente Eisenhower, causando furor dos setores nacionalistas internos, descontentes com a falta de transferência de conhecimentos na área. (Cervo e Bueno, 2012).

O alinhamento automático com os Estados Unidos é rompido novamente com o início do governo Kubitschek⁴, havendo o conseqüente cancelamento de todos os acordos vigentes a respeito da exportação de materiais atômicos - acordos estes claramente prejudiciais ao Brasil - e a criação de institutos governamentais (IEA, CNEN⁵, FURNAS, MME). Ainda, procurou-se diversificar os parceiros do Brasil no setor de cooperação nuclear, bem como criaram-se as diretrizes para uma Política Nacional de Energia Nuclear. Tal política, como dita Lafer, fazia parte do plano de metas desenvolvido pelo presidente, uma vez que o setor energético configurava 43,4% do investimento inicialmente planejado:

energia nuclear: formação técnica de pessoal necessário à execução do programa nacional de energia nuclear; fabricação nacional de combustível nuclear (...), os objetivos da meta foram alcançados. Constitui-se e inaugurou-se o reator de

⁴Ressalta-se, porém, que ainda no contexto do programa “Átomos para a Paz”, o Brasil foi beneficiado no período com o primeiro reator de pesquisas - outro reator seria construído, graças aos estudos do primeiro, no ano de 1962. Esse programa tinha o objetivo de compartilhar conhecimentos na área da tecnologia atômica, todavia, engendrava dependência externa do Brasil aos Estados Unidos, uma vez que minava as oportunidades de desenvolvimento nacional na área. Ademais, era oportuno por criar uma desova de materiais subocupados e por dar continuidade ao alinhamento norte-americano, uma vez que era o único país que teria condições de fornecer de maneira ininterrupta o urânio enriquecido (VISENTINI, 2011)

⁵Dada a importância do setor, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) estava subordinada diretamente à Presidência da República.

O PROJETO NUCLEAR BRASILEIRO DURANTE O REGIME MILITAR (1964-1985) E AS RELAÇÕES BILATERAIS COM A ALEMANHA: CONTEXTO E CONSEQUÊNCIAS

pesquisas do Instituto de Energia Atômica na Cidade Universitária da USP (Lafer, 2002: 42-43).

Embalados pela Política Externa Independente, os governos Jânio Quadros e João Goulart seguiram bases nacionalistas de desenvolvimento, mas o período turbulento de crise político-econômica que culminaria com a tomada do poder pelos militares colocaria entraves significativos no desenvolvimento de um projeto nuclear brasileiro. Desse modo, seus governos, dadas suas limitações, trataram de firmar acordos de cooperação com diversos países como Paraguai (1961), França (1962), Estados Unidos (1962), República Federativa da Alemanha (1963) e, também em 1961, o EURATOM, firmado com a comunidade europeia (Amado, 2006).

Com o golpe de 1964, o projeto de desenvolvimento de tecnologia nuclear voltaria a ter importância crucial para o governo. Inicialmente, com Castelo Branco, todavia, pouco se avançou, dada sua opção de alinhamento - e dependência - com os Estados Unidos. A mudança de orientação na política externa brasileira seria dada pelo presidente Costa e Silva - optando por uma agenda multilateral. Assim, segundo a política externa do período, denominada “Diplomacia da Prosperidade”, entendia-se que o Brasil não poderia ter apenas um aliado forte ou um “amigo preferencial” para garantir o seu desenvolvimento, mas sim, conforme Martins (2015), todos os países passam a ser vistos pelo Itamaraty com algum interesse, desde que apresentassem alguma vantagem real ou ao menos potencial para o estabelecimento de relações.

A década de 1970 traria para o Brasil e para muitas outras potências médias a oportunidade de consolidar, ao menos em parte, suas ambições atômicas. O contexto internacional é o principal fator para essa mudança, pois a Guerra Fria entrava no período da *détente*, com o conseqüente relaxamento dos constrangimentos políticos-ideológicos das duas superpotências devido ao enfraquecimento provocado pelos exorbitantes custos de competição aliados ao aparecimento de potências emergentes que questionavam a ordem bipolar imposta (Espósito Neto, 2014). Internamente, o projeto “Brasil Grande Potência”, do Presidente Médici,

RICRI Vol.5, No.9, pp. 69-83

lançaria o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), que tinha como finalidade o ingresso do Brasil no *ranking* dos países desenvolvidos até o final dos anos 1990 (Brasil, 1970; Brasil, 1971). Além disso, a diplomacia brasileira, a partir desse período, pode atuar de maneira mais independente - e mesmo ousada - graças a situação econômica favorável (Souto, 2016), criando as bases institucionais que levariam ao firmamento do acordo nuclear com a República Federativa da Alemanha, em 1975.

2. A política nuclear da Alemanha e o acordo com o Brasil

A partir da década de 1950, a Alemanha Ocidental passa pelo seu milagre econômico, em decorrência dos investimentos oriundos do Plano Marshall, que possibilitaram a reconstrução do polo industrial do país, inclusive, levando-o a assumir a posição de terceira maior economia do mundo. A República Federativa Alemã, porém, em um primeiro momento, encontrava-se impedida de desenvolver qualquer tipo de estudo no campo nuclear, em decorrência dos acordos que puseram fim a Segunda Guerra Mundial: somente em meados de 1955, com o “compromisso de renúncia aos armamentos nucleares e a assinatura dos Acordos de Paris, a Alemanha Ocidental conseguiu retomar o desenvolvimento de tecnologia nuclear” (Brandão, 2008: 44). No final de 1956, diante da percepção da necessidade de trabalho conjunto no setor nuclear a fim de fortalecer a posição da Alemanha Ocidental como exportadora de energia, realiza-se, em Eltville, com autoridades do governo alemão e representantes da indústria, o Primeiro Programa Atômico Alemão. A aproximação com o Brasil e a ratificação do tratado de cooperação no setor nuclear, porém, só se dará no âmbito do Quarto Programa Nuclear Alemão (Brandão, 2008).

Diante do enorme desenvolvimento da tecnologia nuclear alcançado na República Federativa Alemã, graças aos Programas Atômicos, a partir da década de 1960 o país passa a ter uma melhoria em sua posição relativa de negociação no campo, que levou a uma série de acordos bilaterais - sobretudo porque havia uma carência de outros recursos energéticos na Alemanha

Ocidental fazendo com que esta desenvolvesse sua matriz energética alicerçada no setor nuclear (De Medeiros, 2005). Mesmo assim, no início da década de 1970, “o setor mundial de energia nuclear enfrentaria uma grave crise, atingindo, ainda que de maneira desigual, a indústria de reatores” (Brandão, 2008: 65), inclusive a da RFA, onde observou-se uma queda no consumo de energia elétrica, resistência por parte da sociedade civil na construção de novas usinas, afetada também pela escassez de urânio no mercado internacional. Nesse cenário, para Brandão:

Como consequência direta e, ao mesmo tempo, saída encontrada pela indústria nuclear alemã para tentativa de superação da crise que atingiu o setor, no início da década de setenta, num primeiro momento, observa-se um intenso e acelerado processo de *centralização de capital* na estrutura daquela indústria e, num segundo momento, que coincide com a consolidação do primeiro, que é a entrada do capital industrial alemão no mercado mundial de exportação de reatores (Brandão, 2008: 66).

Percebe-se, assim, que diante da impossibilidade de superação da crise apenas pelo consumo interno de energia nuclear, as empresas alemãs buscam no mercado internacional maneiras de superar as dificuldades financeiras da década de 1970: “vender reatores para o Terceiro Mundo: eis a solução para a crise da indústria nuclear alemã” (Brandão, 2008: 70). Nota-se, portanto, que o cenário de realização do Acordo Nuclear entre Brasil e RFA, é marcado pelo cenário de crise do setor nuclear alemão.

A demanda brasileira por acesso a tecnologia nuclear foi ativamente defendida em fóruns internacionais durante o governo Geisel, principalmente, face ao binômio “segurança e desenvolvimento”, que refletiam a política governamental à época (Pinheiro, 2013: 130). No mesmo sentido, Hirst:

For the Geisel Government (...) the nuclear project had become a high priority aimed at making possible a strategy that linked development, security and pragmatism (Hirst, 2013: 56).

Sob o mesmo viés, a rivalidade com a Argentina, no contexto Sul-americano, causava temor nos setores militares dirigentes quanto aos avanços do país no setor atômico, que, em 1958,

colocara o primeiro reator nuclear em funcionamento (Visentini, 2011). Assim, o governo militar põe em prática uma clara política de segurança nacional, colocando como prioridade a apropriação de tecnologia que possibilitaria a igualdade de força entre ambos países sul-americanos.

Em 1967, a diplomacia brasileira se engajou em uma opção multilateral: o governo brasileiro assinou o Tratado de Tlatelolco, que permitiria a explosão de artefatos nucleares para fins pacíficos, e rejeitou o Tratado de Não proliferação (TNP), pois este dificultaria o desenvolvimento de tecnologia nuclear autônoma. Na esteira desse processo, há a criação da Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (em 1974 tornou-se a Nuclebrás) e em 1970 a Westinghouse seria encarregada dos projetos, com auxílio de outras empresas norte-americanas e de estatais brasileiras, da usina de Angra I. (Visentini, 2011). Esse projeto criaria dependência brasileira ao urânio enriquecido fornecido pelos EUA, além de não haver cooperação técnica que implicasse na transferência plena de tecnologia e que pudesse auxiliar o Brasil a desenvolver seus próprios projetos (Souza, 2008). Desse modo, em 1974, a vulnerabilidade brasileira no setor ficaria comprovada pela negativa da Comissão Energética dos EUA ao fornecer urânio enriquecido para Angra I, o que levaria o Brasil a cancelar o projeto com a Westinghouse e traria a Alemanha para a pauta de negociações. A opção alemã, começa, então, a ganhar força por desvincular o caráter dependente-tecnológico que teria anteriormente com os americanos (Brasil, 1977; De Medeiros, 2005; United Nations, 2005; Visentini, 2011). Conforme se extrai da obra de Visentini:

além da escolha da tecnologia, outro fator que teve de ser considerado foi a vulnerabilidade do abastecimento do combustível necessário à execução do programa. A evolução histórica recente estava a demonstrar os perigos de uma substancial dependência de fontes externas para a satisfação das necessidades de insumos fundamentais para a economia. A fim de evitar o que ocorrera com o petróleo, era imperativo que, no caso da energia nuclear, a solução fosse suscetível de dar ao país, a médio prazo, a indispensável autonomia. Era preciso, pois, ao fazer a opção técnica, levar em conta a necessidade de assegurar a plena transferência para o Brasil das tecnologias envolvidas em cada uma das áreas do ciclo do combustível correspondente ao tipo de reator adotado. Em outras palavras, não era admissível substituir uma dependência por outra (Visentini, 2011: 219).

O PROJETO NUCLEAR BRASILEIRO DURANTE O REGIME MILITAR (1964-1985) E AS RELAÇÕES BILATERAIS COM A ALEMANHA: CONTEXTO E CONSEQUÊNCIAS

Com a mudança dos planos nucleares americanos, em 1974, a companhia elétrica nacional, Eletrobrás, elabora o plano 90, estabelecendo a construção de 12 centrais nucleares até 1990, a fim de satisfazer as crescentes demandas energéticas do país, dado o crescimento econômico e industrial causado ainda no governo Médici, e face às possíveis incapacidades do setor hidroelétrico de suprir essa demanda no futuro. Conforme Patti:

Para administrar o futuro setor nuclear nacional, o governo criou uma empresa Estatal, a Nuclebrás, chefiada por Paulo Nogueira Batista, o diplomata que conduziu, desde o final dos anos 1960, as negociações sobre temas nucleares. Vista a indisponibilidade dos Estados Unidos para cooperar em matéria de transferência de tecnologias e suprimento de novas usinas nucleares, o Brasil, como revelado pela documentação disponível, após ter sondado diplomaticamente vários países industrializados, assinou um importante acordo de cooperação com a República Federativa da Alemanha (Patti, 2013: 52).

Assim, em 27 de junho de 1975, conforme preconizado no próprio acordo firmado entre Brasil e República Federativa da Alemanha:

A decisão brasileira de realizar um importante programa nuclear de finalidades pacíficas fundamenta-se em avaliação cuidadosa das necessidades energéticas do país e das opções possíveis para satisfazê-las. (...) entre 1940 e 1973, o consumo de petróleo passou de 9% para 46% do balanço energético nacional, e o da hidrelétrica passou de 7% para, apenas, 21%. Do ângulo da dependência do suprimento externo, a análise revela, ademais, que, enquanto que no início daquele período, mais de 85% da energia produzida no país eram de origem doméstica, em 1973, 40% passaram a ser importados (BRASIL, 1977, p. 7).

Por conseguinte, em junho de 1975 o Acordo Nuclear foi assinado, mesmo depois de os EUA tentarem persuadir os alemães a não prosseguirem com as negociações. Esse acordo acabou por gerar dois documentos: o Acordo de Cooperação Nuclear para usos pacíficos e o Protocolo de Cooperação Industrial – esse protocolo incluía, além de inúmeros projetos a serem desenvolvidos pela Nuclebrás, a transferência de tecnologia tão quista pelos brasileiros, conforme disposto no próprio acordo. Processo importante a ser ressaltado, ademais, é a vigência do acordo perante a subordinação à assinatura de um acordo de salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica para garantir que a energia e as tecnologias

produzidas não seriam utilizadas para fins armamentícios, ante o exposto no Programa Nuclear Brasileiro de 1977:

O Brasil é favorável ao desarmamento dentro das condições que desestimulem os Estados de procurar meios e modos de fortalecer a sua posição militar. Com maior razão é o Brasil favorável ao desarmamento nuclear (Brasil, 1977:19-20).

3. Consequências

A partir do Acordo Nuclear, a República Federal da Alemanha dispôs-se a cooperar com o Brasil na implementação e no desenvolvimento de uma indústria nuclear autônoma que seria capaz de abastecer a América Latina e outras regiões do Terceiro Mundo, assim como na transferência – em paralelo à construção das oito usinas de geração elétrica, dos conhecimentos tecnológicos associados ao tipo de reator escolhido, o PWR (*Pressurizer Water Reactor*, sigla do inglês). Buscava-se, portanto, o desenvolvimento econômico baseado na associação íntima com capitais estrangeiros (De Medeiros, 2005: 72).

Nesse sentido, foram criadas as seguintes empresas binacionais como instrumento de implementação do programa: a Nuclebrás Equipamentos Nucleares (NUCLEP) e Nuclebrás Engenharia S/A (NUCLEN). Enquanto a primeira tinha a função de projetar, desenvolver, fabricar e vender os equipamentos pesados para as usinas nucleares; a segunda era a empresa responsável pelo desenvolvimento dos serviços de engenharia do projeto básico, construção e montagem das usinas nucleares. Ambas tomando parte no processo de transferência de tecnologia, e possuindo seu capital acionário distribuído entre a NUCLEBRÁS, 75%, e o Consórcio Alemão KWU, 25%. Apesar da composição acionária ser superior à empresa brasileira, a constituição do comitê técnico garantia que as decisões fossem tomadas sempre em favor das decisões alemãs (Brandão, 2008).

A construção das Usinas de Angra 1 e 2 foi iniciada em 1972, tendo como compromisso a importação exclusiva de equipamentos de origem da KWU. Somada a essa condição, a nacionalização desses equipamentos perpassava infimamente os 30%. Pode-se dizer, portanto,

que a instalação de uma indústria nuclear nacional se produziria de maneira inferior à esperada pelo governo brasileiro, uma vez que o Acordo Nuclear constituiu-se, de fato, em uma reserva de mercado para o fornecimento de tecnologia e equipamentos pela indústria nuclear alemã que esbarrava na subdemanda doméstica (Brandão, 2008).

Após resistir a fortes pressões diplomáticas dos EUA, bem como às críticas de cientistas brasileiros e ecologistas alemães, o Acordo Nuclear começou a defrontar-se com vários transtornos, em meio às denúncias de irregularidades e de falhas técnicas na construção de Angra I (Westinghouse), reforçadas pelos novos cálculos de custos da energia nuclear, que recomendavam melhor aproveitamento dos recursos hídricos. Instaurada em 1978, em decorrência de tais denúncias, a CPI do Senado concluiu não ser a energia nuclear imprescindível à geração elétrica nos próximos 20 ou 30 anos (De Medeiros, 2005: 73).

Na prática, o modelo de desenvolvimento econômico contido no programa nuclear não estimulou o desenvolvimento da tecnologia nacional. Por ter sido baseado numa associação íntima com capitais estrangeiros, não estimulou o desenvolvimento da tecnologia nacional – optou-se por importar a tecnologia por se tratar da forma mais imediata. As empresas nacionais foram também afetadas pelas características do próprio processo de desenvolvimento do país, que se traduzem em dependência tecnológica, não só em termos de técnicas de produção, como também em especificações de consumo feitas sobre padrões vigentes em outros países (Pinguelli Rosa, 1991). Pode-se dizer, então, que o Acordo seguiu a lógica do desenvolvimento capitalista no Brasil – aquele no qual o processo de industrialização dá-se de forma retardatária – não podendo deixar de ser extensiva à industrialização na energia nuclear. Portanto, segundo os autores Luiz Pinguelli Rosa e Regina Pires:

(...) reproduzia-se na indústria nuclear o desequilíbrio da organização industrial tão combatido pelo II PND, segundo o qual torna-se impossível a construção da grande empresa nacional em posição competitiva sem a internalização da produção científica e tecnológica (Pinguelli Rosa; Pires, 1984: 91).

Quando as encomendas dos equipamentos começaram a atrasar – e se percebeu que a socialização dos ganhos do Acordo no âmbito da pesquisa e desenvolvimento na área nuclear

havia sido relativamente nula, ou ainda negativa, para a Nuclebrás – a expectativa sobre a construção das usinas caiu e a produção da energia nuclear perdeu prioridade. A partir de 1979, as obras de construção das usinas term nucleares sofreram um processo de desaceleração – o que já demonstrava que o Acordo Nuclear entrava em colapso em virtude de sua própria grandeza –, arquitetada pela euforia do Milagre Econômico, pelo projeto de Nação-Potência. Ruiu em virtude da própria crise do desenvolvimento brasileiro (De Medeiros, 2005: 75). O declínio deve-se, também, à incoerência existente no próprio II PND – no qual se foi superestimada a demanda por energia e rebaixado o potencial energético do país (Brasil, 1974).

Por outro lado, no campo diplomático, o Acordo representou a reação brasileira aos fatores geopolíticos e econômico-energéticos que passavam por processo de transformação a nível global – tais como o início da corrida nuclear entre os países do Terceiro Mundo, o primeiro choque do petróleo e a instabilidade no fornecimento de urânio por parte dos EUA. Nesse sentido, a busca de novos parceiros pelas vias diplomáticas pôde projetar o país para a multipolarização cada vez mais presente nas relações internacionais, criando uma via alternativa àquela do alinhamento aos norte-americanos. Os Estados Unidos tiveram um papel interventor no relacionamento bilateral Brasil-Alemanha, porque eram contra a transferência de tecnologia sensível para outros países – uma forma de manter o seu o monopólio da tecnologia. Diante disso, o Brasil, baseado nos planos para o desenvolvimento da nação, precisou recorrer àquele que viabilizasse a socialização do ciclo de produção da energia nuclear, reduzindo a dependência externa – o que, como já vimos, não ocorreu na da forma esperada na prática.

4. Conclusão

A defesa da soberania nacional na área nuclear foi sustentada por uma política voltada para a ampliação dos interlocutores estrangeiros, afastando-se do tradicional alinhamento aos EUA.

No contexto pós-Segunda Guerra, o Brasil, tanto como país em desenvolvimento, tentava alcançar a posição de potência pela via nuclear.

A opção brasileira pela formação de acordos nucleares com a República Federativa da Alemanha, portanto, parece ser consequência: 1) do desenvolvimento histórico da política nuclear no Brasil, atrelando-a com questões de segurança, nacionalismo e soberania nacional; 2) da negativa americana em seguir com a política nuclear então vigente, dada a conjuntura internacional de crise no setor de petróleo, forçando o Brasil a procurar novas possibilidades de cooperação; 3) da multipolarização crescente das relações internacionais, com a ascensão da República Federativa da Alemanha e reconstrução de seu setor energético, principalmente nuclear; 4) da necessidade do mercado alemão em procurar parceiros comerciais externos no setor nuclear, diante das deficiências do mercado interno, cuja demanda era incapaz de absorver toda a produção tecnológica no momento.

Por conseguinte, os resultados almejados pelo Brasil no Acordo Nuclear não foram contemplados – uma vez que o desenvolvimento da indústria nuclear seguiu na esteira do desenvolvimento capitalista retardatário do Brasil, no qual a dependência continuou presente. Com o fim do Milagre Econômico e o colapso do modelo de desenvolvimento vigente, as fragilidades do programa nuclear começaram a aparecer já no final da década de 1970, o que fez com que Figueiredo reduzisse o foco na produção de energia nuclear.

Referências Bibliográficas

AMADO, Rodrigo. 2006. “A Política Externa de João Goulart”. *In*: ALBUQUERQUE, J. A. G.; STEINFUS, R.; CASTRO, H. (orgs.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930 - 1990)*. Volume I: Crescimento, Modernização e Política Externa. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006 .

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (2008). *O Negócio do Século: O Acordo de Cooperação Nuclear Brasil-Alemanha*. 2008. 129 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em

RICRI Vol.5, No.9, pp. 69-83

O PROJETO NUCLEAR BRASILEIRO DURANTE O REGIME MILITAR (1964-1985) E AS RELAÇÕES BILATERAIS COM A ALEMANHA: CONTEXTO E CONSEQUÊNCIAS

História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

BRASIL. 1970. *Metas e Bases para Ação do Governo*. Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República.

_____. 1971. 'I Plano Nacional de Desenvolvimento'. Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República. Disponível em <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/322>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

_____. 1974. 'Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1975-1979'. Brasília. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF>. Acesso em: 11 nov. 2016.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. 2012. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB.

DE MEDEIROS, Tharsila Reis (2005). *Entraves ao desenvolvimento da Tecnologia Nuclear no Brasil: Dos Primórdios da Era Atômica ao Acordo Nuclear Brasil-Alemanha*. 88 f. Dissertação (Mestrado do Curso de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais) - Faculdade de Ciências Econômicas, UFMG, Belo Horizonte.

ESPOSITO NETO, Tomaz. 2016. "Desenvolvimento e autonomia: os eixos da política externa do Governo Geisel (1974-1979)". In: SILVA, A. L. R. ; SVARTMAN, E. M.(Orgs.). *A Política Externa Brasileira: uma introdução*. Curitiba: Intersaberes, 2016.

HIRST, Monica. 2013. *Understanding Brazil-United States relations: contemporary history, current complexities and prospects for the 21st century*. Brasília: FUNAG.

LAFER, Celso. 2002. *JK e o programa de metas: processo de planejamento e o sistema político do Brasil*. Rio de Janeiro, FGV.

MARQUES, Paulo Queiroz. 1992. *Sofismas nucleares: o jogo de trapaceiras na política nuclear do país*. São Paulo: Hucitec.

MARTINS, Rodrigo. 2015. Governo Costa e Silva: "A Diplomacia da prosperidade e a retomada do padrão de conduta externo brasileiro (1967 - 1969)". In: SILVA, A. L. R. (Org.)

PATTI, Carlo (2013). "O programa nuclear brasileiro, entre o passado e o futuro". *Boletim Meridiano 47*, n.140, vol. 14, pp. 49 a 55. Disponível em

RICRI Vol.5, No.9, pp. 69-83

O PROJETO NUCLEAR BRASILEIRO DURANTE O REGIME MILITAR (1964-1985) E AS RELAÇÕES BILATERAIS COM A ALEMANHA: CONTEXTO E CONSEQUÊNCIAS

<<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/9790/7388>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. (Org.). 2014. *O programa nuclear brasileiro: uma história oral*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.

PINGUELLI ROSA, Luiz. 1991. *A Política Nuclear no Brasil*. São Paulo: Greenpeace.

_____. ; PIRES, Regina L. N. F. 1984. “O acordo nuclear com a Alemanha no contexto do “modelo” e da crise”. In: PINGUELLI ROSA, Luiz (Org.) *Energia e crise*. Petrópolis: Vozes, 1984, pp.85-101

PINHEIRO, Letícia. 2013. *Foreign Policy Decision-making under the Geisel Government*. The president, the military and the foreign ministry. Brasília: FUNAG.

PUTNAM, Robert D. 1998. *Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level game*. Disponível em <<https://www.ou.edu/uschina/texts/Putnam88Diplomacy.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1977. ‘Programa Nuclear Brasileiro’. Disponível em <<http://memoria.cnen.gov.br/Doc/pdf/cronologia/B0000003.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

SILVA, A. L. R.; RIEDIGER, B. F. 2016. *A Política Externa Brasileira: uma introdução*. Curitiba: Intersaberes.

SOUTO, Cintia Vieira. 2016. “Governo Médici: a busca da autonomia dentro das regras do jogo (1969-1985)”. In: SILVA, A. L. R.; SVARTMAN, E. M. (Orgs.). *A Política Externa Brasileira: uma introdução*. Curitiba: Intersaberes.

SOUZA, F. F. 2008. *Acordo Nuclear Brasil-Alemanha Federal de 1975: O desafio brasileiro na busca de soberania nacional*. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9818/5618>>. Acesso em: 09 nov. 2016

UNITED NATIONS. 2005. *Treaty Series: Treaties or International Agreements filed and recorded with the Secretariat of the United Nations*. Vol. 2247. Nova York. pp. 405-442

VISENTINI, Paulo Fagundes. 2011. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

RICRI Vol.5, No.9, pp. 69-83